

REVISTA PORTUGUESA de HISTÓRIA

tomo XXXIII

Portugal e Brasil
Rotas de Culturas
Volume I



COIMBRA 1999

FACULDADE de LETRAS
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

Variações sobre o “brasileiro” Tensões na emigração e no retorno do Brasil

JORGE FERNANDES ALVES

Universidade do Porto. Investigador do CEPESE

Um “povo novo”, eis como Darcy Ribeiro, no seu último e fascinante livro¹, vislumbra o sentido imprimido ao Brasil pelos circunstancialismos da colonização portuguesa. Uma sociedade que assegurou, desde então, uma homogeneidade cultural básica, no caldear do “enfrentamento de culturas”, embora marcada pela forte desigualdade e pela inferiorização social do negro e do mulato. A culminar este processo, deu-se a vaga imigratória da elite aristocrático-política entre 1808-1820, determinante na construção do caminho para a independência e para instituir a auto-administração.

Por alturas da independência, já o Brasil dispunha de uma articulação económica própria^{1 2}, com um núcleo decisivo de grandes proprietários e

¹ Darcy Ribeiro - *O povo brasileiro - A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2ª edição, 1997.

² João Luís Ribeiro Fragoso - *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia*

de negociantes com elevada concentração de riqueza, capazes de tirarem vantagens privadas tanto na situação colonial como depois com a entrada plena do Brasil na órbita do mercado mundial.

Dada a peculiaridade do processo histórico de construção do Brasil, o contexto migratório distingue-se, portanto, do verificado nos outros países sul-americanos, que se estruturam como sociedades de transplantados, com as etnias locais a serem submersas nos séculos XIX e XX por massas de imigrantes. Não terá sido assim no Brasil, segundo Darcy Ribeiro:

Essa massa de mulatos e caboclos, luzitanizados pela língua portuguesa que falavam, pela visão do mundo, foram plasmando a etnia brasileira e promovendo, simultaneamente, sua integração, na forma de um Estado-Nação. Estava já maduro quando recebe grandes contingentes de imigrantes europeus e japoneses, o que possibilitou ir assimilando todos eles na condição de brasileiros genéricos³.

Após a independência, a imigração para o Brasil vai fazer-se de forma diferenciada: por inércia social, continua a existir uma imigração de tipo antigo, que poderemos classificar, em termos relativos, de privilegiada, ligada aos meios comerciais e aos ofícios de construção, alicerçada em redes já solidificadas, com base em laços de parentesco, vizinhança ou correspondência comercial, num processo designado na época como *emigração livre*; começa, paralelamente, a promover-se uma emigração de tipo novo, estimulada por agentes do governo brasileiro e ligada aos interesses dos grandes proprietários, que procuram atrair massas rurais com *contratos de locação de serviços* destinada a trabalhos nas grandes plantações ou a grandes obras públicas (ficaram célebres as do Mucury, pelos efeitos negativos sobre os trabalhadores contratados), que se

na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830), Rio de Janeiro, Ed. Arquivo Nacional, 1992.

³ Darcy Ribeiro - *ob. cit.*, p. 448.

configura como uma situação intermédia entre a escravatura e o salariato, dado haver cláusulas contratuais que, endividando à cabeça o colono, o prendiam na prática ao locador (daí a designação frequente de “escravatura branca”). Estes processos de imigração de tipo novo serão gradualmente revistos, de acordo com os protestos das opiniões públicas e das reclamações dos governos dos países de origem dos emigrantes, sendo substituídos por subsídios aos transportes, incentivos à fixação rural e regras mais claras de uma relação salarial, à medida que se avança no século XIX, tendendo-se a aproximá-la das condições da emigração livre, embora o seu destino esteja orientada para ocupações mais baixas na escala social.

Se até meados do século XIX são alguns milhares anuais de imigrantes, depois, com o gradual fim da escravatura, a imigração toma-se massiva, com as políticas de atracção de europeus que o Brasil desenvolveu. Então, esta imigração massiva que se fez sentir no Brasil, como em toda a América, irmanando correntes populacionais no propósito de ir “fazer a América”, foi determinante, a vários níveis, para a construção do Brasil contemporâneo, nomeadamente para a “branquização” populacional e para a formação de alguns conglomerados regionais sulistas onde se criam “paisagens europeias”. E ainda para a estruturação de novas classes camponesas ligadas especialmente à cultura do café, bem como para a aceleração dos processos de urbanização e industrialização, emergindo, na sua diversidade étnica, as classes populares e médias das principais cidades, de que São Paulo é o melhor exemplo.

A importância da imigração toma-se visível desde logo na valorização do trabalho manual que os imigrantes arrastam consigo (numa sociedade escravocrata que julgara arruinar-se com a abolição) e nas virtualidades de modernização que injectam no tecido económico-social brasileiro, nomeadamente a sua predisposição para as rotinas fabris suscitadas pela gradual industrialização. Por esta via, os emigrantes constituem, por

exemplo, o grosso do movimento operário brasileiro, liderando as suas acções reivindicativas, participando na vida político-social, perspectiva esta que a grande naturalização de 1891 facilitou.

Com a imigração estrangeira a constituir, de forma largamente maioritária, o operariado brasileiro, dada a preterição do negro, considerada a sua resistência ao trabalho assalariado uma vez liberto, factor a conjugar com o inevitável preconceito racial, a situação tomava aspectos característicos, como nos conta Hermes Huck: “A participação estrangeira no operariado é tão grande que, em Santos, no começo do século, a fim de controlar uma greve de estivadores, chegaram a ser convocados os cônsules de Portugal e Espanha para que dialogassem com os grevistas, majoritariamente seus compatriotas”⁴. Com a instauração da República Brasileira, com a burguesia paulista a dominar os centros do poder, a repressão respondeu à crescente agitação operária, tomando-se a deportação, “processo rápido e meramente administrativo”, a arma mais decisiva contra o imigrante agitador. Mas a condição do imigrante, enquanto homem dividido com condição subalterna e sonho de mediania económica, que procura aforrar para o regresso à pátria, acaba por constituir uma fragilização pessoal e, conseqüentemente, também do movimento colectivo. Mas esta condição de fragilidade do imigrante pode ser procurada mais atrás no tempo e evidencia-se, por exemplo, no processo de controlo do comércio urbano pelos portugueses e na gestação de conflitos que propicia ante movimentações nativistas e anti-lusitanistas, para já não falarmos das outras situações mais deprimentes e totalmente dependentes, como era a dos emigrantes contratados como “colonos” para as plantações do interior, situação já acima referenciada.

⁴ Hermes Marcelo Huck - “A influência (do imigrante no processo político brasileiro: o movimento operário sindical”, Gianfausto Rosoli (org.) - *Emigrazioni Europee e Popolo Brasiliano - Atti del Congresso Euro-Brasiliano sulle migrazione*. São Paulo, 19-21 Agosto de 1985. Roma, 1987, pp. 136-142.

Sobre a imigração portuguesa

A imigração de portugueses no Brasil, durante o século XIX, cumpre esse objectivo geral da sociedade brasileira que passava por incrementar o branqueamento da população, além de abastecer o mercado de trabalho. Mas, porque é mais precoce e surge na continuidade das correntes demográficas dos tempos coloniais, além de estar assegurada a continuidade dos seus fluxos por efeitos de inércia histórica, num quadro genérico mais naturalizado, tende a perder visibilidade face à imigração de outras nacionalidades que se desenvolve a partir dos anos 50. Mas a corrente portuguesa apresenta algumas características distintas que vale a pena assinalar:

a) é uma imigração que se estende por todo o espaço geográfico brasileiro;

b) é uma imigração que perdura no tempo, reajustando-se na qualidade/diversidade intrínseca dos seus fluxos, mas mantendo uma persistência demográfica que dá continuidade ao de colonização e se prolonga para lá do ciclo da imigração de outros países;

c) a imigração portuguesa enfrentou, como nenhuma outra, a hostilidade de “rua” por parte dos brasileiros, verificando-se algum retomo e muita fixação.

É a característica de continuidade que confere à imigração portuguesa o papel de suportar a transição da emigração de tipo antigo para a de tipo novo, que implicava uma situação de desvalorização humana do imigrante: bastará dizer que os brasileiros insistiam no recrutamento de rurais (das ilhas atlânticas ou dos campos do Norte de Portugal) para trabalho braçal, segundo ordens dadas aos seus agentes em Portugal, enquanto os grandes candidatos à emigração eram rapazes das cidades ou vilas comerciais, com destaque para o Porto, cujas famílias se preocupavam em dar-lhes alguma instrução literária e prática comercial

e/ou ensinar-lhes um ofício, arranjando-lhes recomendações para a “arrumação” uma vez chegados ao Brasil. Não podemos, assim, esquecer esta duplicidade de situação vivida - o estatuto de imigrante à chegada ao Brasil sobrepõe-se ao de emigrante à partida em Portugal, aspectos que não são confundíveis. Mecanismo de relação entre duas sociedades, a emigração faz com que as expectativas criadas em situação de partida nem sempre coincidam com as que integram a situação de recepção.

Na multiplicidade de sentimentos contraditórios que carrega, o emigrante dificilmente descartará o de ser, a vários níveis, um excedentário na sua terra de origem. Já em 1849, se anotava que “a emigração[...] é um sintoma infalível de que existe grande vício na organização e no governo do país, onde não há trabalho para os braços, nem prémio para a inteligência”⁵. Mas, se umas vezes se zanga com a sua miséria e a sua origem, o emigrante, quando consegue ascender na escala social, pode tornar-se também um elemento militante de aproximação entre gentes e culturas dos dois países - o de origem e o de recepção, sublimando ressentimentos antigos, porque, como deslocado que é, tem a possibilidade de entrever as mudanças de paisagem, de apreender a relatividade cultural e de se não acomodar aos determinismos económico-sociais que lhe traçaram o destino pessoal, procurando, à sua dimensão, influenciar o presente e o futuro.

Num dos muitos livros evocativos da emigração, típico de uma literatura que exterioriza esse homem dividido entre dois mundos, entretanto empenhado na aproximação luso-brasileira, um antigo emigrante e escritor de ocasião (Gaspar Fernando de Macedo, *Portugal-Brasil. Notas de viagem, 1912-1913*), compara duas viagens distintas ao Brasil, a do transatlântico em que agora viaja e a primeira realizada sessenta anos antes, ou seja, sublinha o salto qualitativo verificado no

⁵ *Revista Universal Lisbonense*, 2ª série, nº 44, 6.9.1849, p. 517.

percurso tecnológico que vai do veleiro ao vapor, que, de alguma forma, reflecte o salto verificado no seu trajecto migratório. Do *Astúrias*, paquete da Real Mala Inglesa que descobre como “cidade flutuante” após os roncões de partida, configurando-se como um “oásis” de convivência animada entre grupos de diferentes nacionalidades que assume formas diversificadas (clubes, paradas, danças, concertos) durante os dez dias de duração da viagem, salta o emigrante para a evocação da galera *Amor da Pátria*, veleiro em que durante 95 dias⁶ viajara para chegar ao Brasil. Fá-lo com um “sentimento misto de repugnância e de orgulho de resistência física”, na auto-representação peculiar do emigrante que se vê como um herói, atendendo à idade e às circunstâncias em que partira e que se pode considerar como típica:

Aos treze anos de idade, fora dado como pronto no conhecimento das *primeiras letras* e, especialmente, em *contas*, pelo professor régio da freguesia em que nascera. Seu pai, lavrador proprietário, enérgico e austero administrador da sua remediada casa, revestido de uma coragem duvidosa, prevenira-o de que era tempo de procurar *rumo de vida*, animando-o com a perspectiva de admirar novas terras e com a facilidade de abanar a lendária *árvore das patacas*.

Organizada em alguns dias a trouxa com a indispensável roupa branca, dois temos de brim, alguma fruta e competente cartucho de bolacha, o jovem emigrante, acompanhado de seu pai e de mais cinco companheiros, deixava a sua aldeia a 6 de Novembro de 1850, lançando pela última vez a vista cheia de saudades para as carvalheiras onde trepara aos ninhos, para os castanheiros que tantas vezes varejara e, finalmente, para os carreiros que mil vezes trilhara em correrias salvadoras do tempo perdido no jogo do pião ou do botão, descontado frequentemente as versgastadas paternas.

A caravana seguira em direcção ao Porto, precedida de um jumento, conduzindo as trouxas dos viajantes e, alternadamente,

⁶ Provável exagero na duração da viagem ou caso excepcional, pois as viagens de veleiro rondavam os 40-45 dias.

alguns deles cansados pela marcha. Ao fim de dezasseis horas, chegavam à estalagem da Cordoaria, aonde se acomodavam, completando a bagagem, enquanto esperavam a ordem de embarque.

Acompanhados da sua caixa de pinho, comprada na feira da Cordoaria, embarcavam, enfim, os emigrantes no cais de Massarelos, pelas duas horas da tarde do dia 15, seguindo a bordo da galera “Amor da Pátria”, que, de velas enfunadas, demandava a barra em direcção às terras de Santa Cruz, com a equipagem de vinte homens e trezentos passageiros.

E a descrição continuava... com as habituais alterações peristálticas desencadeadas com o início dos balanços da galera, a evocação das refeições que diminuía gradualmente em quantidade e em qualidade, a água reduzida a uma ração por dia e “absorvida directamente numa pipa por meio de um tubo de folha amassado na extremidade bucal e governado por um piloto armado de calabrote, que à voz de *chiça p'ra proa* limitava com um açoite o tempo de chupar”. À noite, repousava-se sobre a caixa de pinho individual para efeitos de tarimba. E a viagem prosseguia numa “prostação de encarcerados”, em que a obturação do olfacto e do tacto era providencial para insensibilizar o passageiro aos efeitos da falta de higiene e da criação parasitária desenvolvida num espaço sobrelotado. A esperá-los no Rio de Janeiro não faltava a obrigatória estadia de oito dias no lazareto para desinfectão⁷.

Estas condições de viagem só se tornaram visivelmente negativas quando os vapores ofereceram outra qualidade de transporte e, por efeitos de economia de escala, custos mais favoráveis, o que só se tornou vulgar por volta dos anos 1870. Antes disso, viajar de veleiro era a única solução, indiscutível, usada anualmente por fartos milhares de jovens portugueses que, educados para emigrar, partiam sem capacidade de decisão pessoal.

⁷ Gaspar Fernando de Macedo - *Portugal-Brasil Notas de viagem, 1912-1913*, Famalicão, Tip. Minerva, 1914, p. 44-47.

Ir ao Brasil, “fazer a emigração” era a alternativa mais sonhada no âmbito das acanhadas colectividades rurais, onde sobravam braços e faltavam terras para trabalhar ou alternativas de trabalho industrial: observar os “brasileiros” de retorno e seus sucessos, ler cartas de amigos ou conhecidos, dar ouvidos à opinião pública, estagiar como marçano nas casas de comércio do Porto ou de outras vilas ou cidades do Minho como preparação para trabalhar do “outro lado do mar”, ouvir apelos de partida em anúncios ou através de engajadores e agentes de emigração (acenando com facilidades de transporte e de trabalho), poder escapar ao recrutamento militar que representava um castigo para quem não emigrasse, eis um conjunto de dispositivos de uma cultura familiar e comunitária que impelia o jovem à emigração. Inserido numa região com longa história de emigração para o Brasil, cuja corrente (ainda que sob estatuto colonizador) remontava pouco após a sua descoberta em 1500, o português do litoral nortenho tinha, assim, em relação ao Brasil, um comportamento semi-automático, na linha do que W. Petersen atribue às migrações de massas, para quem, havendo população a emigrar, a principal causa emigratoria é a emigração precedente, sendo no âmbito deste efeito que actuam outros incentivos, ou seja, quando a emigração se configura como um padrão social torna-se pouco relevante inquirir sobre as motivações pessoais⁸.

Em termos quantitativos, a emigração portuguesa está contabilizada a partir de 1855, se seguirmos os dados apresentados por Joel Serrão e outros autores⁹. Nós próprios elaborámos uma estatística regional para a

⁸ W. Petersen - “A general typology of migration”, in Clifford J. Jansen (ed.) - *Readings in the sociology of migration*, New York, Pergamon Press, 1966.

⁹ Joel Serrão - *A Emigração Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1977. E Joaquim Costa Leite - “Emigração portuguesa: a lei e os números”, *Análise Social*, nºs 97, 1987, pp. 463-480. E Maria Ioannis Benis Baganha - “Uma imagem desfocada: a emigração portuguesa e as fontes portuguesas sobre emigração”, *Análise Social*, nºs 112-113, 1991, pp. 723-729.

corrente originária do distrito Porto, a partir da exploração dos registos de passaportes concedidos pelo respectivo governo civil, remontando a 1836¹⁰.

Observem-se, porém, como curiosidade, alguns números da época recolhidos sobre os desembarcados *apenas no Rio de Janeiro* para período anterior. Tais números revelam uma quase paralisação do movimento (com passaporte legal) durante a situação de guerra civil que se desenha a partir de 1828 em Portugal, para logo recuperar depois da vitória liberal, subindo particularmente nos anos de 1836-37, em que salta para os três milhares anuais, números de novo atingidos e superados a partir de 1843, para em 1851 passar para um nível superior aos 5 milhares.

Quadro I
MOVIMENTO DE ENTRADAS DE EMIGRANTES COM PASSAPORTE
NO RIO DE JANEIRO (1828-1851)

Anos	Entradas	Anos	Entradas
1828	283	1840	1111
1829	309	1841	1376
1830	570	1842	2660
1831	376	1843	3541
1832	1	1844	3176
1833	19	1845	3038
1834	187	1846	2630
1835	1737	1847	3721
1836	3151	1848	2521
1837	3085	1849	3764
1838	2511	1850	3853
1839	1050	1851	5816

Fonte: *Revista Universal Lisbonense*, “Emigração”, 1852, p. 376.

¹⁰ Jorge Fernandes Alves - *Os Brasileiros - Emigração e retorno no Porto Oitocentista*, Porto, edição de autor, 1994.

Esta acentuação da onda emigratoria leva a questionar os direitos individuais de mudança de domicílio pouco antes constitucionalmente consagrados (Carta Constitucional de 1826), pois, para alguns, concedido em excesso, esse direito (as “elásticas liberdades de residência”) levaria a nação à *dissolução*, dada a lei natural que impelia o homem à mobilidade. Defendia-se, então, pelos inícios da década de 1840 que “a lei escrita complete os apagados traços da lei natural, e que a sociedade, por seus órgãos, vigie na sua própria conservação”. O que era singularmente lícito poderia tomar-se colectivamente repreensível, dizia-se, por isso apoiava-se o governo na missão de multiplicar e dificultar “os trâmites que, para emigrar, se hão-de primeiro percorrer”, embora defendendo-se outras medidas de fundo como a de prender os “aventureiros” ao solo natal através do “íman da propriedade”, incentivando-se a adopção de formas de redistribuição de terra que nunca tiveram qualquer consequência digna de registo¹¹.

Se as questões de reformas agrárias e de criação de trabalho ganham acuidade à medida que aumenta o fluxo emigratorio e se multiplicam as preocupações com a saída de portugueses^{11 12}, é preciso reconhecer que também do lado da imprensa portuguesa se produzem textos pouco afectivos em relação ao Brasil, sobretudo à medida que se toma visível a acção dos engajadores para o recrutamento de colonos, ao serviço da Agência Central de Colonização, mais tarde da Agência Oficial de Colonização ou de outros interesses privados e oficiais, como as de empresas de navegação subsidiadas pelo estado brasileiro. O dispositivo legislativo, com sucessivas alterações, sobre serviço militar, passaportes

¹¹ José Feliciano de Castilho - “Emigração dos Açores”, *Revista Universal Lisbonense*, vol.2, 1842-43, pp.97-98.

¹² José M. Amado Mendes - *A emigração Portuguesa, nas ópticas de Alexandre Herculano, Oliveira Martins e Afonso Costa*, separata da *Revista Portuguesa de História*, tomo XXIV, Coimbra, 1990.

e contratos de locação enquadra-se nesta preocupação crescente de tentar dificultar a emigração e de fornecer uma resposta aos críticos do liberalismo vigente e da pouca eficácia das leis e medidas administrativas neste domínio, os quais clamavam contra a acção dos empregadores ao serviço dos interesses brasileiros.

Em todo o caso, como lembra, Fábio Nusdeo, se houve mecanismos de imigração (muitas vezes extremamente negativos), estimulados ou influenciados pelo governo brasileiro, o que predominou foi o efeito do mercado de trabalho e dos interesses privados a determinarem as “múltiplas decisões atomizadas” que a emigração de massas constituiu. E, neste campo, importa distinguir os destinos rural ou urbano da emigração, com este último a configurar-se como mais “espontâneo e flexível”, cobrindo um leque profissional muito diversificado, que cobre desde simples trabalhadores braçais, a empregadas domésticas, professores, comerciantes, artistas ou profissionais liberais, todos envolvidos no mito difuso de “fazer a América”, numa corrente que foi determinante para a formação das classes médias brasileiras¹³, bem como para aliviar as tensões demográficas e sociais de um mundo cheio como era o dos países mediterrânicos.

Dos poucos milhares anuais de emigrantes portugueses para o Brasil, o ritmo de emigração cresce rapidamente para o nível das dezenas de milhar a partir de 1855, com uma acentuação aguda a partir da década de 1880.

¹³ Fábio Nusdeo - “Aspectos económico-jurídicos do fenómeno migratório”, Gianfausto Rosoli (org.) - *Emigrazioni Europee e Popolo Brasiliano - Atti del Congresso Euro-Brasiliano sulle migrazione*. São Paulo, 19-21 Agosto de 1985. Roma, 1987, pp. 121-135.

Tensões nativistas

Depois das agruras da viagem, o português desembarcado no Brasil depara, particularmente nos tempos pós-independência, com uma lusofobia acentuada, que sintetiza vários tipos de animosidades (políticas, económicas, sentimentos de rua contra a carestia...). Pedro Calmon sublinhou devidamente as dificuldades iniciais de um “sistema imigrantista” que substituísse a escravidão, devido a “preconceitos ancestrais, de xenofobia colonial, cuja informe agressividade espicaçava, nas ruas, o delírio nacionalista”. E, “consumada a Independência, resta o acto popular de desforra, o mata-maroto, que na Baía se repete, pitoresca e tragicamente, todo o ano, e em Recife tem o aspecto de uma ameaça permanente, social da patuleia contra o comércio retalhista”¹⁴. Multiplicaram-se este tipo de motins na época regencial, mas o seu lastro permaneceu durante muito tempo, tendo muitos jornais da época, verdadeiramente incendiários no seu radicalismo jacobino, contribuído para os criar ou ampliar¹⁵.

A Revista Universal Lisbonense dá-nos conta deste ambiente ao longo de vários números e publica textos de defesa em 1851, escritos por portugueses radicados no Brasil, para divulgação neste país, dado o número elevado de assinantes da publicação aqui existentes¹⁶. Entre insultos, o *Argos Maranhense* apontava o essencial: “são mais protegidos do que nós no comércio, dedicam-se exclusivamente a ele, e além dos

¹⁴Pedro Calmon - *História Social do Brasil*, 2º tomo, S. Paulo, Companhia Editora Nacional, s/d.

¹⁵Marcus Carvalho - “O antilusitanismo e a questão social em Pernambuco, 1822-1848”, *Emigração/imigração em Portugal - Actas do Colóquio*, Lisboa, Fragmentos, 1993, p. 145-160.

¹⁶“A defesa dos portugueses no Brasil”, *Revista Universal Lisbonense*, 1851, vários números.

tropeços que encontramos em uma legislação incoerente com os interesses nacionais, opõem-nos uma barreira insuperável e impedem que brasileiro algum se possa proficuamente ocupar neste ramo de indústria”¹⁷. Outros jornais brasileiros, como o *Estandarte* ou o *Pro-gresso*, afinam pelo mesmo diapasão, numa propagação da luta contra o facto do comércio a retalho estar em mãos portuguesas, para o que se apela à *nacionalização* do comércio.

Esta campanha pela nacionalização do comércio a retalho, no âmbito da hostilidade aos portugueses, terá sido desencadeada em 1842, em Pernambuco, por ocasião da rebelião “praieira”. Mais tarde em 1844, o mesmo “partido praieiro” terá promovido um abaixo-assinado em que se requeria ao governo a expulsão de artistas estrangeiros e a proibição de certas produções industriais por estrangeiros. E, em 1848 (26 de Junho), ainda em Pernambuco, a partir de uma briga entre um estudante brasileiro e um caixeiro português, de que o primeiro saiu ferido, estala um motim anti-português, em que aos gritos de “mata marinheiro” se liquidaram vários portugueses comerciantes e se solicitou de novo à assembleia provincial a exclusão dos estrangeiros do comércio a retalho, bem como a expulsão de todos os portugueses solteiros com mais de 15 anos, num cortejo de acusações que proliferavam em jornais e clubes nocturnos. Navios enviados pelo governo português colocaram-se à disposição dos emigrantes para os conduzir à alternativa de África, indo algumas centenas construir então a colónia de Moçamedes (Angola).

Embora amainando à medida que surgiam medidas graduais no longo caminho da abolição da escravatura e se desenvolviam políticas de imigração, esta animosidade está subjacente ao relacionamento do brasileiro com o português, num clima vivencial que Pedro Calmon definiu exemplarmente como “o contraste entre a transacção lusófila do

¹⁷ *Revista Universal Lisbonense*, p. 366.

alto e a trepidante lusofobia das ruas”¹⁸. Assim, de vez em quando emergem conflitos em que o português se torna bode expiatório. Foi o caso dos conflitos no Pará, na década de 1870, em relação aos quais Oliveira Martins se congratula por não ter emergido qualquer conflito diplomático (apesar de Portugal ter enviado ao Brasil a corveta Sagres), mas considera que os “impropérios” do periódico *Tribuna* não eram apenas licor “mal fermentado nas cabeças dos escribas”, antes mais um incidente transitório de “uma questão permanente e viva: a translação dos portugueses para o Brasil, o retomo dos brasileiros para Portugal”. Mais uma vez se verificaram trocas de galhardetes entre jornais brasileiros e portugueses no rescaldo dos incidentes que originaram a morte de alguns portugueses. Era mais uma polémica que Oliveira Martins diagnosticava como um mau entendimento da “liberdade de trabalho”, dada a promoção da ideia de *nacionalização* do comércio a retalho, eufemismo que queria dizer “exclusão dos portugueses” e a que não resistiam certos governos provinciais (Pernambuco, Pará, Sergipe)¹⁹, apesar de o governo central nunca ter conferido legitimidade a essas pretensões, não obstante o problema ter sido levantado várias vezes no parlamento brasileiro.

Sublinhe-se que esta conflitualidade é, por si só, evidenciador da outra face de um processo de fácil integração e de ascensão social dos portugueses recém-chegados, apoiados em relações familiares antigas ou recentes com brasileiros, pela valorização de uma cultura de trabalho iniciada numa fase etária muito precoce e acompanhada, que leva muitos brasileiros ou negociantes portugueses socialmente instalados a promoverem casamentos da sua prole feminina com estes caixeiros que provaram competências no saber comercial e demonstraram

¹⁸ Pedro Calmon - *ob. cit.*, p. 12.

¹⁹P. de Oliveira - “Portugal e Brasil”, *Revista Ocidental*, 1875, pp. 109-119 (Oliveira Martins assina nesta revista como R de Oliveira).

comportamentos de fidelidade e honradez neste âmbito. A rivalidade da juventude e dos radicais brasileiros deriva do facto de os portugueses constituírem, segundo uma expressão da época, uma “parede” obstaculizadora da ascensão de brasileiros nos meios de negócio²⁰.

Um outro ponto de controvérsia era o posicionamento político dos portugueses, alinhando na sua maioria por posições conservadoras. Mas poderia ser de outro modo, interroga-se o articulista da *Revista Universal Lisbonense*²¹, se um das estratégias populistas dos partidos brasileiros mais radicais era “declamar contra os portugueses”, recordando a antiga dominação colonial e atribuindo-lhes secretas intenções contra a independência do Brasil? Pequenos incidentes locais e claramente individualizados eram ampliados por periódicos com conotações políticas, criando por vezes ondas de choque e graves incidentes.

Se, durante o século XIX, as acusações aos portugueses apontavam essencialmente para ligações a correntes conservadoras que privilegiavam as ligações a Portugal, com o dobrar do século os incidentes e acusações têm mesmo outro enquadramento. Com a proclamação da república no Brasil, núcleos de portugueses, mas também de outros países (franceses, por exemplo), são considerados simpatizantes do restauracionismo, dado o novo contexto de “prevalência ao elemento nativista” e de um difuso *monroeísmo* político, com a perda de influência política das posições estrangeiras, como sublinhou oportunamente Sampaio Bruno²².

Mais tarde, como já referenciamos, foi a expulsão, não só de portugueses como de cidadãos de outras nacionalidades, de trabalhadores de tendência anarquista, “perturbadores da ordem pública” e grevistas,

²⁰ Diz Pedro Calmon: “Em 1860, no Rio, os estabelecimentos comerciais eram 1545 de brasileiros e 4403 de portugueses. Em 1863 o número daqueles caiu para 1083 e o destes subiu para 4813. Em 1903, os brasileiros possuíam 3941 e os portugueses 8211 casas de negócio”. *Ob. cit.*, p. 95.

²¹ P. 367.

²² Bruno -*O Brasil Mental*, Porto, Liv. Chardron, 1898, p. 413.

como acontece nos anos que medeiam a implantação da república em Portugal (1910) e a guerra mundial (1914), em zonas de crescimento industrial (Santos, S. Paulo), o que suscitará antipatia em outro tipo de jornais e de que alguns diários portugueses se farão eco (como foi o caso de *O Século*, que recupera antigas acusações ao Brasil). Desenvolve-se então uma hostilidade entre alguma imprensa brasileira e portuguesa, com acusações difusas, a que não são estranhos os ambientes eleitorais no Brasil e a divisão da colônia portuguesa no Brasil, então muito marcada pela dicotomia monarquia/república, tendo os monárquicos afluído ao Brasil e acentuado a sua visibilidade e influência.

Sobre o retorno

O ambiente de lusofobia acima descrito era por si só justificativo de algum retorno. Retomando mesmo a doutrina dos artigos da *Revista Universal Lisbonense*, poderíamos dizer que emigrantes enriquecidos retiram-se “porque os obrigam”:

Chegados ao Brasil na adolescência, ou antes dela; tendo adquirido nele tudo o que possuem, assim como afeições e hábitos, pela maior parte não conhecendo ninguém na terra em que nasceram, se esses homens se mudam não é por seu gosto. Como porém não são insensíveis aos insultos, e temem que a população exaltada pelos partidos realize as suas ameaças, o que como se sabe não é caso virgem, tratam de ir gosar as suas riquezas aonde ninguém os moleste. Reparai bem que é sempre nas proximidades das grandes crises, e durante elas, que estas emigrações se tornam mais numerosas. São, pois, as revoltas, e os excessos inerentes a elas, quem deste paiz tem afugentado capitais, que de outro modo se teriam empregado nessas empresas que ao corpo social dão vida e alento²³.

²³ *Revista Universal Lisbonense*, p. 378.

Esta explicação, apesar de se ajustar naturalmente a alguns surtos de retomo mais pontuais, não explica o volume de retomo que parece ser mais significativo do que tradicionalmente a nossa literatura sobre emigração explicitava, mais preocupada em dramatizar a emigração como uma “hemorragia” que enfraquecia a nação, como uma desordem política e social que só comportava aspectos negativos.

Se conjugarmos alguns dados referentes a chegadas ao Brasil e partidas para Portugal para alguns distritos consulares brasileiros para os meados do século XIX, podemos tirar algumas conclusões: assim, entre 1855-1880 desembarcam em Pernambuco 9443 portugueses e embarcam rumo a Portugal 4516, ou seja 48%, segundo números apresentados pelo cônsul no movimento por via marítima²⁴; de igual modo, no Pará, entre 1861-1880 chegam 11000 portugueses e partem 6800, o que corresponde a 61% das chegadas²⁵. Naturalmente que este grosseiro “coeficiente de retomo” é um indicador que só ganha significado numa série longa, de forma a conferir a dimensão longitudinal inerente à variável, mas, se recorrermos somente a números anuais, obtemos proporções daquele nível na informação fornecida pelos governadores civis de Portugal continental²⁶ para 1858-1861:

Anos	Desembarcados em Porto e Lisboa	Emigração	Desembarcados/emi. %
1858	2416	5695	42,4
1859	2860	7902	36,2
1860	3917	5665	69,1
1861	3828	6241	61,3

²⁴ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 3ª série, nº 4, 1882, p. 232.

²⁵ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 3ª série, nº 1, 1882, p.36.

²⁶ Cf. Jorge Fernandes Alves - *Os Brasileiros - Emigração e retorno no Porto Oitocentista*, Porto, edição de autor, 1994.

Esta conjugação de números, ainda que fragmentários, apontam, grosso modo, para níveis de retomo, em média, próximos dos 50%, oscilando numa banda de 40-60%. Conclusão idêntica é retirada para a mesma altura por Oliveira Martins²⁷, que procurou trabalhar os dados fornecidos pelo Inquérito Parlamentar da Emigração de 1873 e estatísticas brasileiras para 1885-1893, avaliando o retomo exactamente em 50%.

Uma das respostas mais elaboradas deste Inquérito é a do governador-civil do Porto (Tabner de Morais) que, a respeito do fenómeno a nível regional, afirma uma proporção de retomo de 40%, em que 20% viriam sem riquezas significativas, 15% com “pequenos capitais e suficientes apenas para estabelecerem a sua indústria em melhores condições, ou comprarem alguma propriedade nas localidades de onde são naturais”, e 5% com boas fortunas. E aponta ainda que “há muitos indivíduos que vão ao Brasil, onde somente se demoram três ou quatro anos, e regressam depois com pequenos capitais que empregam no país conforme acima indiquei”²⁸.

Se de forma indirecta procurarmos por aproximação os níveis das migrações pelo exercício habitual em demografia da “equação de concordância” (conjugando dados censitários em dois momentos e estatísticas demográficas dentro desse intervalo)²⁹, obtemos níveis de diferença só explicáveis por imigração ou retorno, que são da ordem dos 66% em relação à emigração legal para 1890-1900 ou de 48,5% para 1900-1911.

²⁷ Oliveira Martins- *Fomento rural e emigração*, Lisboa, Guimarães & C^a, 1956, p. 244-246.

²⁸ *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873, p. 177.

²⁹ Jorge Fernandes Alves - *ob. cit.*, p. 254. Se quisermos apontar níveis de emigração clandestina, a estimativa de retorno crescerá proporcionalmente.

Numa outra perspectiva, veja-se um jornal brasileiro, o *Diário Popular*, de S. Paulo, em 11.4.1933, que, preocupado com a “estabilidade dos caracteres raciais” do Brasil, apresenta um estudo, em que partindo de estatísticas oficiais de imigração/emigração por Santos, entre 1908-1931, atribuía aos portugueses o “coeficiente geral de fixação” de 43% (inferior ao dos espanhóis - 52% e japoneses - 92%, embora superior em relação ao das outras nacionalidades). Daqui se pode concluir que mais de metade (57%) dos emigrantes para esta zona retomariam a Portugal³⁰.

Naturalmente que há períodos de maior e menor retomo, de acordo com a conjuntura, bastando lembrar que, por exemplo, em 1914 o retomo foi de 158% em relação às partidas de emigrantes.

Já chamamos, porém, a atenção, noutra lugar, para a debilidade destes cálculos, por efeito de um outro factor frequentemente negligenciado: a reemigração. Trabalhando sobre dados nominais recolhidos sobre registos de passaportes, foi-nos possível encontrar situações de repetição de partidas. Uma tentativa de amostragem sobre alguns nomes apresentava 6,5% de situações de reemigração para o período anterior a 1880, número obtido “por baixo” e significativo se pensarmos que as estatísticas representam na verdade emigrações e não emigrantes, operando-se através da reemigração uma sobreavaliação demográfica da corrente migratória que não pode ser desprezada. São situações que estudos de pormenor e localizados poderão computar melhor (nomeadamente, trabalhando sobre os processos administrativos para obtenção de passaporte, quando os houver), reduzindo-se o universo de indivíduos em análise, como já pude verificar em algumas investigações recentes.

Do ponto de vista da estatística oficial, esta situação só começa a ser considerada nos anos de 1950 e, embora haja referências dos governos

³⁰ Cit. in Nuno Simões - *O Brasil e a emigração portuguesa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, p. 97.

civis ou consulares, durante o século XIX, para o facto de estarem incluídos nas estatísticas de passaportes alguns passageiros em trânsito, quem na verdade chama a atenção para o facto é, tanto quanto apurámos, a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), antecessora da PIDE. Apresentando quadros minuciosos sobre o movimento da emigração³¹ para os anos de 1936-1938, decorrentes da organização dos serviços neste domínio, a PVDE chama a atenção para o facto de a legislação então vigente classificar como “emigrantes” todos os passageiros de 3ª classe, assim se incluindo muitos emigrantes já fixados no exterior que vinham a Portugal e regressavam ao país de acolhimento nestas circunstâncias. E no inquérito realizado a todos os portugueses que reentravam a Portugal, a Polícia apurou coeficientes anuais de retomo, no que respeitava à corrente do Brasil, de 46% e 47% para os anos de 1937 e 1938, mas 61% dos que retomavam afirmavam a sua intenção de voltar ao Brasil (relativamente aos Estados Unidos e Argentina os retornos superavam nesta altura as partidas). São estes anos muito especiais, pois caem num período de grave crise internacional e quando já havia políticas de fechamento da emigração, logo insusceptíveis de comparação com o período anterior a 1914, mas, em todo o caso, os dados respectivos exemplificam o facto de a estatística tradicional da emigração rodar sobre uma série de especificidades que não permite encará-la apenas pela conjugação dos números oficiais e corrigidos da clandestinidade que os autores tradicionais tanto enfatizavam e que era, de facto, uma realidade em crescendo. O que sabemos através de múltiplas biografias de emigrantes é a tendência para fazer da emigração uma situação de pendularidade alargada, isto é, fazer alguns anos no Brasil, voltar a Portugal e viver em família algum tempo, para voltar mais tarde, ao

³¹ Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado - *Relatório* (1932 a 1938). Lisboa, Bertrand & Irmãos, 1939, pp. 147-176.

sabor de crises ou conjunturas favoráveis tanto no Brasil como em Portugal, conjugadas com projectos individuais e familiares. Era uma situação particularmente vivida em ofícios manuais (pedreiros, carpinteiros, pintores...) ou ainda nos pescadores, ou então em situações comerciais já estabilizadas, que permitiam confiar o negócio a caixeiros de confiança. Ora o quadro evolutivo dos transportes marítimos, com o desenvolvimento dos vapores, mais rápidos, mais baratos, mais confortáveis, aponta para situações favoráveis à intensificação desta pendularidade a partir da década de 1870, razão por que deveremos ponderar também estes aspectos no crescente empolamento das estatísticas de emigração por estes anos.

O papel dos “brasileiros”

O emigrante português no Brasil (como em qualquer outro lugar) envolveu-se num choque de culturas, que alguma literatura tendeu a enquadrar como relativamente fácil, dado o pendor integracionista do português e a sua propalada tendência à miscigenação. Foi o caso das correntes luso-brasileiristas, cujas ideias culminam com o luso-tropicalismo de Gilberto Freire, construído sobre a mitificação do comportamento colonial português. Mas a verdade é que os factos históricos revelam, como vimos, uma acentuada conflitualidade.

Conflitualidade à partida, no campo de decisão familiar em choque com as determinações do estado liberal, face à ampla mas selectiva interpretação dos deveres nacionais por parte dos grupos dominantes, que se traduz num complexo burocrático, gradualmente renovado, no sentido declarado e assumido de complicar a saída. Este conflito universal entre a família e o Estado torna-se essencial nos determinismos da emigração, explicando a incapacidade de leitura da emigração oitocentista pelos construtores do nosso Estado Liberal, que simultanea e

paradoxalmente a condenam e a incentivam, a proibem ao mesmo tempo que são dependentes dos seus reflexos financeiros. Importa assinalar esta tensão entre Estado e família (e indivíduo), tal como assinalou Buarque de Holanda noutra contexto:

“Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve seus adeptos mais entusiastas durante o século XIX. De acordo com esses doutrinadores, o Estado e as suas instituições descenderiam em linha recta, e por simples evolução, da família. A verdade, bem outra, é que pertencem a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade³².

Conflitualidade verifica-se depois, à chegada ao mercado de trabalho, perante a hostilidade dos brasileiros da rua que não vêm com bons olhos a rápida ascensão do estrangeiro, situação esta que provoca o efeito oposto de fechamento social dos portugueses nas actividades que dominam, procurando sustentá-las nas suas mãos, contratando de preferência os seus patrícios, que dão mais garantia de trabalho e de obediência num jogo de interesses mútuos e de natureza reprodutiva. É aqui que o controlo do comércio pelos portugueses assume um papel simbólico de resistência, que leva um representante inglês no Rio de Janeiro, num relatório apresentado ao parlamento britânico em 1872, citado no Inquérito Parlamentar sobre a Emigração de 1873, a considerar o “carácter especial” da emigração portuguesa para ali, “composta quase na totalidade de artistas e pequenos logistas”, que “prosperam mais do que os outros emigrantes”, constituindo uma espécie de “classe ou tribo”, retirando a

³² Sérgio Buarque de Holanda - *Raízes do Brasil*, 26ª edição, S. Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 141.

emigrantes de outras origens a possibilidade de encontrar colocação nestes sectores³³.

E, quando chega a hora do retorno, de novo emerge outro tipo de conflitualidade³⁴, agora com a sociedade de origem: ignorado, quando não desprezado, se volta sem riqueza significativa ou pobre como partira, ou seja, na gíria popular, apenas “abrasileirado” pelo clima; adulado no meio popular se retorna “brasileiro”, com riqueza significativa, e ironizado nesta situação pela elite intelectual portuguesa, que faz dele o alvo do seu desdém superior, a partir da sua situação de ambiguidade identitária, como se pode exemplificar com a ironia ora fina, ora brutal, de Ramalho Ortigão: “Perfeitamente respeitáveis pela sua iniciativa e pelo seu trabalho, constituem uma espécie de tribo, sem pátria que os adopte, porque em Portugal chamam-lhes brasileiros, e no Brasil chamam-lhes galegos. São esses que aí vão - de bengalas de unicórnio na mão e alfinetes de brilhantes no peito das camisas”³⁵.

De uma forma geral, reconhece-se que os emigrantes, através do envio de remessas monetárias para a família ou para investimento, constituíram uma verdadeira economia de vasos comunicantes entre Portugal e o Brasil, com as simples oscilações cambiais ou com as crises brasileiras que provocam retracções nas remessas a fazerem cair governos em Portugal³⁶. Reconhece-se, particularmente, o seu papel na tomada da dívida pública interna que alimentou a política oitocentista na sua obra de fomento (ainda que discutível), como sublinha inúmeras vezes Oliveira Martins: “O snr. Ministro da Fazenda sabe melhor do que eu que os

³³ *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873, p. 9.

³⁴ Maria Ioannis Benis - “Uma contra-imagem do “Brasileiro”, *Revista de História Económica e Social*, 7, 1981, pp. 129-137.

³⁵ Ramalho Ortigão - *As Farpas*, X, Lisboa, Clássica Editora, 1922, p. 21.

³⁶ Maria Filomena Mónica - *Fontes Pereira de Melo*, Porto, Afrontamento, 1999.

brasileiros, como nós lhes chamamos, são os grandes compradores no mercado das inscrições, e que uma complicação política no império, influenciando no câmbio, paralisaria o ingresso de capitais³⁷.

Mas sobre o seu papel de dinamizador da economia portuguesa já há divergências. Para Alexandre Herculano é “à indústria, à cultura e ao comércio do seu país que atira às mãos-cheias o ouro que juntou”. Para Ramalho Ortigão, apesar de ter um irmão com elevado estatuto entre os portugueses do Rio de Janeiro, o sábio Herculano, com estas palavras, “divaga no lirismo”, pois o *brasileiro* só traria à Pátria “o dinheiro, a ociosidade, a propensão para gozar”. Preferia Ramalho enfatizar o que o emigrante fazia no Brasil, “a temperança e o trabalho [...] os alicerces à civilização e à felicidade em um país estrangeiro”, reconhecendo que lá estavam os “cidadãos mais válidos, os mais robustos e os mais fortes”, enunciando a riqueza que se perdia em Portugal com a emigração. Aparente polémica que não explicita senão as duas faces da emigração! Uma população excedentária que, depois de partir, se torna indispensável aos que ficam...

Ora a emigração é sempre uma forma de “produtividade dos pobres”, que longe vão demonstrar as capacidades de trabalho que na origem lhes é negado. E é importante reconhecer que, no retorno, o ex-emigrante é outro homem, mesmo quando volta sem dinheiro. Ao romper com o horizonte paroquial, ao apreciar a diversidade de paisagens não só naturais como sociais, o emigrante toma-se um contrutor de modernidade, um inovador, ainda que a um nível relativo, pois tanto assume frequentemente posições de conservantismo social, quando a sua reentrada na sociedade de origem se faz económica ou socialmente a um nível elevado, como pode ser um veiculador de ideias novas, bastando lembrar o seu papel na difusão das ideias republicanas em Portugal e dos ideais maçónicos nos

³⁷ P. de Oliveira - “Portugal-Brasil”, *Revista Ocidental*, p. 493.

finais do século (entre os quase anónimos, veja-se o caso exemplar de Sousa Fernandes, em Vila Nova de Famalicão, bem documentado³⁸). Mas é, sempre, um divulgador de novidades, nomeadamente pelo incentivo à imprensa diária (recordem-se *O Primeiro de Janeiro* ou o *Jornal de Notícias*, diários do Porto) e à imprensa local, ainda que não lhe falte o sentido do caciquismo político. Como o é ao nível da filantropia, colaborando nos dispositivos tradicionais de assistência (asilos, confrarias, misericórdias), mas criando também novas iniciativas como o apoio a jovens com alojamento e ensino pelo trabalho (Estabelecimento do Barão de Nova Cintra), incitando novas vias de apoio médico (Hospital de Alienados Conde de Ferreira) ou promovendo o ensino das primeiras letras, ao polvilharem o país de escolas, conscientes da importância da instrução a todos os níveis, mormente na emigração.

Naturalmente nem todos estão em condições de investir em grau e com risco elevados, tanto mais que são vulgares as situações de curtos ciclos emigratórios, propícios somente a pequenas economias, depois de se ter verificado a fase de retomo de muitos *brasileiros* enriquecidos nas décadas de 1830 a 1850, por via das comoções lusófbas ligadas às alterações políticas brasileiras. Mas o mundo do pequeno comércio local, as estalagens das vilas ou cidades ou a renovação agrícola de muitas unidades camponesas, por compra e melhoramento de terras e construção ou renovação de casas rurais, é uma constante no Entre-Douro-e-Minho para os pequenos investidores da emigração.

Se na década de 1860, por altura de uma vaga de exposições industriais, surgiam lamentações sobre a falta de canalização dos capitais da emigração para a indústria, apontando-se a apetência pelos fundos

³⁸*Sousa Fernandes (1849-1928)*. V.N. Famalicão, C.Municipal, 1988. Emigrante aos 13 anos, regressa depois de 24 anos de actividade comercial, organiza localmente o partido republicano (1895), edita o jornal *O Porvir*, vindo a subir na carreira política com a proclamação da República.

públicos, mais seguros e de juro garantido, no inquérito industrial de 1881, como já sublinhou Maria Filomena Mónica, reconhecia-se o papel dos capitais vindos do Brasil na dinamização das indústrias no Norte, tal como no desenvolvimento da agricultura e na valorização da propriedade³⁹.

Para os mais afortunados, há a compra de acções bancárias e de companhias seguradoras, acção que explica o surto bancário e segurador nortenho, nos finais da década de 1860, mas que está presente desde o início deste tipo de actividades no Porto, logo em 1836, com a criação do Banco Comercial, com a Companhia Segurança e depois a Garantia. Para o incremento deste tipo de investimento, muito contribuiu a lei das sociedades anónimas de 1867, ao facilitar a constituição deste tipo de empresas (em substituição das anteriores “companhias” que careciam de autorização governamental). Correr as listas de accionistas das principais empresas é, pode dizer-se, observar listagens de “brasileiros” ou seus familiares, uma vez que a lei impunha níveis de dispersão das acções, pelo que muitos familiares aparecem como subscritores para contornar esse requisito.

E a partir desta altura intensifica-se a participação no campo do fomento económico, que se toma mais visível nas empresas de maior dimensão, mas que se verifica também ao nível dos pequenos estabelecimentos, se bem que não seja possível apresentar indicadores rigorosos, salvo em casos pontuais. Tivemos já oportunidade de referenciar essa participação para a actividade desenvolvida a partir do Porto⁴⁰ que, para além da banca e dos seguros, abrangia o comércio em geral, a imprensa, o imobiliário urbano, os transportes marítimos, os transportes urbanos

³⁹ Maria Filomena Mónica - “Capitalistas e industriais, 1870-1914”, *Análise Social*, 3ª série nº 99, 1987, pp.819-863.

⁴⁰ Jorge Fernandes Alves - *Os Brasileiros - Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Edição de autor, Porto, 1994, pp.247-355.

sobre carris, os ferroviários e a hotelaria, repercutindo-se ainda no campo da indústria - têxtil de algodão, lanifícios, moagem, conservas alimentícias, curtumes, chapelaria, saboaria. É esta uma pesquisa que se faz nome a nome, identificando-se accionistas ou sócios a partir de listagens de emigrantes, já que o estatuto de “brasileiro” ou “ex-emigrante” raramente é referenciado, a não ser em biografias dos mais destacados. Frequentemente nem sequer é o capital próprio que se toma significativo, mas sim o capital humano adquirido, revelando-se alguns empresários que tinham tirocinado alguns anos no Brasil, sem acumulação significativa de capital, e demonstram na prática grande agilidade empresarial e capacidade de mobilização de terceiros para investimento, conseguindo colocação de acções ou participações societárias quer em ex-emigrantes ou mesmo em compatriotas no Brasil. Um caso nítido de saber mobilizar ligações brasileiras foi o de Clemente Meneres, com fábrica de cortiça, largos investimentos agrários em Mirandela, fábrica de conservas alimentícias e comercialização de vinho, entre outros investimentos⁴¹. Ou o de José Ribeiro Vieira de Castro, que redimensionou a Companhia Carris de Ferro do Porto, a partir da iniciativa de um seu familiar (António Manuel Vieira de Castro), levando-a à fusão com a Companhia Carril (criada por outros “brasileiros”, o Barão da Trovisqueira e depois Melo e Faro e Tavares Basto), além de ter transformado uma empresa de moagem (C^a Industrial de Fafe) na Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe, que, no espaço de dois anos (a partir de 1887), se transformou na terceira maior empresa têxtil do Norte (depois da Rio Vizela e da Fiação Portuense) e a sexta na generalidade das indústrias nortenhas, em termos de produção anual, pois segundo o

⁴¹Jorge Fernandes Alves - “Clemente Menéres- o percurso empresarial”, *O Tripeiro*, 7ª série, ano XIV, 1995, n.º4, pp. 115-122, e n.º 5, pp.148-156. E José Andrade Parreira- *A acção empresarial de Clemente Meneres - Entre o Porto e Trás-os-Montes, 1867-1916*, Porto, Faculdade de Letras, dissertação de mestrado, 1997.

inquérito industrial de 1890 apresentava já uma produção de 138 contos de réis, produzindo inclusivamente pano cru (o que poucas faziam na altura). Depois não podemos esquecer iniciativas vindas directamente para Portugal por ligação a negócios de portugueses lá instalados, situação que se pode ilustrar com a rede de cafés “A Brasileira”, promovida por Adriano Teles, um emigrante originário de Arouca⁴².

A acção empresarial dos “brasileiros” não se limitou, pois, ao Porto, a cidade negociante e industrial do Norte, zona de forte concentração de ex-emigrantes. “Brasileiros” do norte estenderam a sua acção a empresas mais distantes, investindo em fábricas como a Fábrica de Tomar ou de Fiação de Alcobaça. Mas foi em concelhos do Norte que a sua acção mais se fez notar, ajudando à penetração da indústria e da mecanização em zonas de tradição domiciliária ou apenas campesinas de que são exemplo: a Fiação de Padornelo (Penafiel), através do barão do Calvário; a fábrica de Lã do Barão da Trovisqueira em Riba d’Ave (Famalicão); a Fábrica de Fiação e Tecidos de S. Tirso, a partir de uma doação à Misericórdia local para este efeito (Conde de S. Bento e José Luís de Andrade); a fábrica de lacticínios de Mantelães, em Paredes de Coura (Miguel Dantas). Mas, em vez de multiplicarmos os exemplos, veja-se o caso exemplar de Fafe, onde os “brasileiros” estão ligados à criação do núcleo inicial de fábricas modernas - além da já citada Fábrica de Fiação e Tecidos, anote-se a Fiação do Bugio, a Fábrica Fafense de Gasosas, a Têxtil do Rio Ferro, como nos mostra o estudo de Miguel Monteiro⁴³. Concelho que se nos revela neste trabalho com uma bem documentada acção dos “brasileiros”, determinantes na construção imobiliária, com os típicos palacetes ou casas de qualidade superior (e gostos discutíveis,

⁴² Maria Estela Tomé da Rocha - *A emigração arouquense para o Brasil (1886-1911)*, Porto, U. Portucalense, dissertação de mestrado, 1996.

⁴³ Miguel Monteiro - *Fafe dos “brasileiros” (1860-1930) - Perspectiva histórica e patrimonial*, Fafe, 1991.

conflituando na paisagem) e na organização urbana da vila (arruamentos, jardins). Com mais ou menos investimento esta acção multiplica-se pelas mais diversas vilas do Norte litoral, a que deveremos acrescentar ainda a acção filantrópica, de criação ou dotação de institutos assistenciais e/ou educativos, acima referidos. Assim se compreende que os “brasileiros” se tomassem figuras centrais das vilas minhotas oitocentistas, quer numa perspectiva geral em que dinamizam ou participam em iniciativas económicas e assistenciais, quer numa perspectiva de maior saliência individual, com alguns a destacarem-se e a merecerem a consagração pública em estátuas e/ou na toponímia. Muitas vilas oitocentistas do Norte acabaram por se organizar, numa acepção urbanística, em torno do “brasileiro” local de maior saliência, cuja biografia oficial sublinha sempre a mesma ideia - “do nada se fez homem” e não esqueceu a terra, sendo esta a mensagem que passava para o ambiente popular, reconhecendo a capacidade de muitos em se afirmarem no retomo através de um processo de ascensão social (o que não agrada a todos os que ficaram).

Para os publicistas da economia e da política, o que o “brasileiro” fazia como filantropo ou como investidor não chegava! Acusava-se o emigrante de não saber promover o desenvolvimento, de fazer apenas pequenas acções de fachada para efeitos de promoção pessoal em situação de jubilação. E até se confundia o natural efeito emulativo que a riqueza do “brasileiro” suscitava junto dos candidatos à emigração, para o promover a condenável “agente da emigração” por esse efeito. Numa insuficiência de leitura político-social do fenómeno, remetia-se para a propaganda, alibi de todas as incapacidades, a responsabilidade pela crescente decisão de emigrar⁴⁴. Confundia-se o jogo complexo da

⁴⁴Joaquim Costa Leite - “Informação ou propaganda? Parentes, amigos e engajadores na emigração oitocentista”, *Emigração/imigração em Portugal - Actas do Colóquio*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 98-107.

emigração e do contexto que a originava, radicado na incapacidade congénita de organização social para a promoção do trabalho e da repartição da riqueza, com o emigrante, transformando-o numa vítima de incompreensões sucessivas e de antipatias recíprocas.

Considerações finais

Como afirma Eduardo Lourenço, o Brasil esteve para Portugal como um espaço compensatório que nos permitiu economizar “o penoso dever de palpar a nossa pequenez”⁴⁵. Para além da pequenez geográfica, a pequenez de organização social, incapaz de aproveitar com eficiência os factores de trabalho que possuía, exportando mão-de-obra para o exterior, subproduto de uma vocação colonial de pobres.

Por isso, no dizer tantas vezes repetido, de Herculano e Oliveira Martins, o Brasil se tornou na nossa melhor colónia, depois que o deixou de ser, sendo no entanto necessário sublinhar não só os aspectos positivos de recepção e enquadramento de muitos milhares de portugueses, num processo de alívio da pressão social em Portugal, como também a versão negativa das tensões antilusitanistas no Brasil, expressas por um clima difuso lusóforo e por ataques individuais a portugueses desprotegidos e indefesos. As tensões a que os portugueses foram submetidos no Brasil inscrevem-se nesse *pathos* que marca a passagem do português colonizador a português emigrante, mudando de estatuto que não de condição económica e social.

É nesse clima que se compreende o fechamento social dos portugueses no Brasil, em tomo dos seus mecanismos ocupacionais, com relevo para o pequeno comércio, atraindo a si outros compatriotas, num

⁴⁵Eduardo Lourenço - *O Labirinto da Saudade*, 5ª edição, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1992, p. 4L

processo de reprodução e de sobrevivência da comunidade. Situação que só esmorece à medida que se diluem os movimentos nativistas, à medida que o Brasil adota políticas mais claras, intensas e abertas de imigração europeia, polarizada em cidades que se industrializam e caldeiam etnias, o que só acontece nos finais do século XIX, tomando simultaneamente medidas extensas de abrasileiramento dos imigrantes, de que a grande naturalização de 1891 foi o melhor exemplo. As tensões continuarão depois à medida que a sociedade brasileira urbana se cristaliza numa hierarquia de classes e emergem posicionamentos ideológicos acompanhando manifestações operárias, mas agora sem o intenso cunho étnico que marcou o século XIX.

Neste processo se desenvolveu a emigração portuguesa para o Brasil, num choque de culturas que se revela em várias etapas do percurso migratório individual. Desde logo, a conflitualidade no momento decisional da partida, com o campo determinante da família a chocar com as aspirações do Estado que acena com deveres constitucionais e conjuga interesses públicos e privados, procurando deter uma corrente que paradoxalmente não pode dispensar (pelo refluxo de capitais que gera): a cultura de emigração sedimentada a nível popular, que exprime naturalmente uma descrença profunda na solução nacional, choca com a nova (e ainda fraca) cultura liberal de padronização de direitos e deveres e de definição de interesse público. Na fase seguinte, o emigrante defronta a hostilidade declarada ou difusa da sociedade brasileira, a agravar o seu natural problema identitário de homem dividido entre dois países, duas sociedades. E quando volta, se volta sobretudo enriquecido, tem a ironia dos compatriotas a cercá-lo, transformado em “motivo do nosso riso”, como reconheceu Eça de Queirós. Riso pálido de quem ri e continua a produzir alegremente emigrantes, procurando cada vez mais que eles se transformem em “brasileiros”, isto é, que retomem e tragam capitais para se poder continuar a sustentar o riso dos que ficam e governam.